

## Das anotações de um guerrilheiro em Cabinda à problematização literária do tribalismo como herança colonial

Adriana Cristina Aguiar Rodrigues (UFAM)\*  
ORCID 0000-0002-2192-9981

**Resumo:** Se no romance colonial, conforme Laura Padilha, o negro africano era percebido e narrado como um outro, sem lugar de qualquer espécie, aparecendo, no plano comparativo e imagístico, como um dos muitos animais africanos (PADILHA, 2002, p. 99), em *Mayombe*, romance de Pepetela cuja edição *princeps* data de 1980, constrói-se outra semântica. À gente do continente africano o autor confere o protagonismo na ação de por fim ao colonialismo. Se, do ponto de vista das fronteiras externas, o leitor acompanha a luta pela independência do atual território angolano; do ponto de vista interno, a problemática ampara-se menos na discussão sobre a cor da pele do que na diversidade cultural que compõe o território angolano. Partindo desse contexto, este artigo versa sobre o tema do tribalismo no romance *Mayombe*.

**Palavras-chave:** Angola; colonialismo; tribalismo; literatura; Pepetela

**Abstract:** If in the colonial novel, according to Laura Padilha, the african negro was perceived and narrated as another, with no place of any kind, appearing on the comparative and imaginary plane as one of the many african animals (PADILHA, 2002, p. 99), in *Mayombe*, Pepetela's novel whose *princeps* edition dates from 1980, another semantic is constructed. To the people of the african continent the author confers the leading role in the action of ending colonialism. From the point of view of the external borders, the reader follows the struggle for the independence of the present Angolan territory; from the internal point of view, the problem is less protected in the discussion about skin color than in the cultural diversity that makes up the angolan territory. From this context, this article deals with the theme of tribalism in the *Mayombe* novel.

**Keywords:** Angola; colonialism; tribalism; literature; Pepetela

**Resumen:** Mientras que en la novela colonial, según Laura Padilha, se percibía o se narraba al negro africano como el otro sin lugar de ningún tipo, figurando a nivel comparativo y en las imágenes como uno de los animales africanos (PADILHA, 2002, p. 99), en *Mayombe*, novela de Pepetela cuya edición *princeps* está fechada en 1980, se construye otra semántica. A la gente del continente africano el autor le confiere un rol protag la acción de poner fin al colonialismo. Mientras que, desde el punto de vista de las fronteras externas el lector acompaña a la lucha por la independencia del actual territorio angolano, desde el punto de vista interno la problemática se ancla menos en la discusión sobre el color de la piel que sobre la diversidad cultural que conforma al territorio de Angola. A partir de dicho contexto, este artículo trata del tema del tribalismo en la novela *Mayombe*.

**Palabras clave:** Angola; colonialismo; tribalismo; literatura; Pepetela

Recebido em: 31 jul. 2018

| Aprovado em: 24 abril 2019

---

\* Doutoranda em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM). E-mail: [adrianaguiairodrigues@gmail.com](mailto:adrianaguiairodrigues@gmail.com).

## Entre os papéis de um escritor-guerrilheiro: memória, literatura e teor testemunhal

De modo geral, Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (Pepetela) é lembrado e lido como um autor participante da guerrilha, e a sua escrita se filia a acontecimentos políticos de Angola. Textos que circulam na internet apontam com frequência para a vivência de guerra do escritor e como esse fato incide em suas obras. Daniel Conte, por exemplo, em tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assim pondera: “é relevante salientar que Pepetela é um sujeito que viveu a História de seu país. Uma *testemunha ocular* da libertação construída por Angola” (CONTE, 2008, p. 18, grifos nossos). Esse fato da vida do escritor torna-se importante na constituição de sua obra porque dá origem ao que Eloísa Aldás denomina “narrador sujeito-histórico” (ALDÁS, 2001, p. 30), compreendido como o sujeito que viveu parte das experiências que narra.

Para apreender melhor essas relações entre a experiência da guerrilha e a literatura do escritor angolano, analisamos quatro entrevistas por ele concedidas: 1) recolhida por Carlos Serrano, em 1985; 2) realizada por Daniel Conte, em 2001, intitulada “Pepetela, viva voz”; 3) concedida a Rita Silva Freire, em 2011, com o título “Não se festeja a morte de ninguém”; e 4) feita por Aguinaldo Cristóvão, intitulada “O escritor é um ditador no momento da escrita” (s/d). Tentamos apreender nesses textos, três pontos-chave: a relação entre o militante e a formação do escritor; a gênese do romance; a guerrilha e a escrita testemunhal.

Ao retomar sucintamente a história de vida de Pepetela, nota-se que as suas atuações em movimentos políticos iniciaram-se em 1958, quando, ao deixar o continente africano e instalar-se em Lisboa, passou a frequentar a Casa dos Estudantes do Império (CEI) e a participar de organizações estudantis. Nesse mesmo período iniciou a sua trajetória literária, com a publicação de contos na revista *Mensagem*. Na década de 1960, engajou-se ainda mais na atividade política, passando a fazer parte, em 1963, do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). Em 1969 foi enviado a Cabinda, região situada no extremo Norte da então colônia portuguesa, onde participou diretamente na luta armada como guerrilheiro e como responsável pelo setor da educação do MPLA.

É nesse mesmo período que recebe o epíteto de guerra “Pepetela”, tradução do sobrenome “Pestana” para a língua Umbundo. Desse fato persiste ainda uma imbricação entre a identidade guerrilheira e a literária, pois “Pepetela” passou a ser o registro autoral estampado nas capas de suas publicações. Os vínculos entre atuação política e escrita não se restringem à assinatura. O testemunho direto da história angolana seria de tal modo significativo que lançaria as bases de sua obra e de sua própria trajetória existencial, sendo, portanto, talvez impraticável, ao estudar a obra desse autor, desvincular as experiências políticas de resistência ao sistema colonialista, da escrita literária.

No que diz respeito ao primeiro ponto que buscamos analisar nas entrevistas, isto é, a relação entre a militância e a formação do escritor, é possível observar a relevância e a reincidência conferida a esse aspecto em todos os quatro textos. Daniel Conte (DC) introduz a entrevista com uma nota, na qual afirma que a trajetória da obra de Pepetela revela “a construção de um guerrilheiro/escritor que, aos poucos, vai abandonando o fuzil para dar continuidade à luta empunhando, agora, a pena” (CONTE, 2001, p. 1). A associação é reforçada na pergunta lançada pelo entrevistador: “*Mayombe* foi escrito durante a guerra. Quem o escreveu foi o Pepetela guerrilheiro ou o escritor? A distância é muita entre os dois?” (CONTE, 2001, p. 13). Ao que Pepetela argumenta: “na altura em que escrevi *Mayombe* não sentia diferença. [...] Acho que era o Pepetela escritor sim, mas que correspondia bem ao guerrilheiro” (CONTE, 2001, p. 13). A resposta aponta para uma íntima aproximação entre os objetivos de sua atuação militar e de seu projeto literário, ou

seja, atuar como guerrilheiro e atuar como escritor é, em ambos os casos, agir politicamente.

Rita Silva Freire (RSF), em sua entrevista, ao focar o tema da violência característica dos conflitos armados, interessa-se por saber a respeito da sensação de pegar numa arma pela primeira vez, especialmente para um homem como Pepetela, formado em sociologia pela Universidade de Argel, e cuja atuação política havia sido até então eminentemente intelectual. O autor assim relata:

[...] quando peguei na arma para participar no combate ainda não tinha tido treino militar, só tinha visto a guerra no cinema. É um bocado complicado. Achei que aquilo era pesado demais, incômodo. Nem deu tempo para experimentar, foi já em acção que comecei a carregar no gatilho. Nem sei se acertei nalguma árvore. Via-se pouco, muito mato, muita confusão. Mas meteu medo. A adrenalina sobe e a pessoa não sente mais nada (FREIRE, 2011, p. 3).

As descrições abreviadas, porém pessoais, e até certo ponto cruas, que o escritor faz da guerrilha, outrora apenas uma realidade cinematográfica, se estendem também para o romance, quando há narrações e descrições de confrontos diretos entre angolanos e portugueses, que ficam quedos, entorpecidos pela força do fuzil.

Aguinaldo Cristóvão (AC) também se volta para a associação entre Pepetela e a guerrilha. Interrogado acerca de sua frequente identificação como um “autor-guerrilheiro”, o escritor contrapõe-se: “não dou grande importância. Nem a escolas literárias ou coisa assim” (CRISTÓVÃO, s/d, p. 1). Entretanto, Cristóvão insiste na temática, arguindo sobre fatores condicionantes e determinantes das guerras de libertação para as carreiras de escritores que viveram essa experiência:

AC: Queria que falasse do que sabe sobre os autores que, como Pepetela, participaram nas guerras de libertação de Angola, quanto aos aspectos condicionantes e determinantes das suas carreiras:

Pepetela: Penso que essa participação pode ter sido uma boa fonte de inspiração, sobretudo de conhecimento do país e da sua gente; *uma experiência insubstituível*. Na época, não havia pretensão nem possibilidades de publicar, de modo que penso que os escritores escreviam muito mais para si próprios, o que implica grande liberdade de criação, sem preocupação com o que se poderia pensar sobre a sua obra (CRISTÓVÃO, s/d, p. 2, grifos nossos).

O argumento de escrever para si mesmo acerca de uma experiência insubstituível, como refere Pepetela, poderia dar ao leitor a impressão de que aquele que escreve em meio a um evento violento faz muito mais um registro pessoal e intimista do que um texto que se destina ao outro, como um testemunho. O escritor, com frequência, volta a esse ponto nas entrevistas e reforça que não pretendia publicar o romance, uma vez que a escrita era, sobretudo, um exercício pessoal de compreensão da realidade na qual ele estava inserido. Não obstante a primeira impressão que as palavras de Pepetela poderiam causar no leitor, a afirmativa pode ser melhor acolhida se tivermos em conta que, pelo prisma conceitual do testemunho, aquele que escreve o faz por uma necessidade de testemunhar. Em outras palavras, diz-se que o sobrevivente vive um processo dialético e complexo ao testemunhar, pois “recordar e esquecer são dois fatores dinâmicos e inseparáveis (ele em certa medida recorda para se esquecer e porque não consegue esquecer-se precisa narrar)” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 15). Daí a persistência de Pepetela em afirmar que sua escrita tem mais a ver com uma necessidade de compreensão da realidade do que com uma

aparente preocupação editorial ou com o leitor. Como arremata o próprio Pepetela na entrevista concedida a Daniel Conte:

[...] não havia muita gente em Angola com capacidade e gosto de escrita que tivesse vivido em uma sociedade colonial, que tivesse contribuído para o fim da sociedade colonial, lutando contra ela, lutando pela independência e que tivesse assistido, no sítio onde nasceu, depois dum percurso grande pelo mundo e por todo lado, ao fim, à derrocada dessa sociedade [...]. Tive a oportunidade de ver isso, de assistir a isso tudo e senti-me na obrigação de escrever (CONTE, 2001, p. 204).

A dualidade exposta no escrever para si ou escrever para o outro, pode ser observada mais propriamente quando os entrevistadores se voltam para o processo de criação de *Mayombe*, o segundo aspecto que buscamos analisar nas entrevistas. Conforme os depoimentos de Pepetela, a criação do romance surge de um comunicado de guerra que lhe cabia escrever para os membros do MPLA:

*Mayombe* é um livro que foi feito sem projeto. Esse livro apareceu dum comunicado de guerra. Nós fizemos uma operação militar e eu era o responsável por mandar informações, redigir o comunicado, como tinha passado a operação e enviar depois para o nosso departamento de informação, que veiculava no rádio, no jornal. Eu escrevi aquela operação com que o livro começa e que é real. Acabei de escrever *o comunicado, uma coisa objetiva, assim fria*. E não foi nada disso que se passou. E continuei o comunicado, tirei a primeira parte e mandei pra eles, no departamento de informações e continuei (CONTE, 2001, p. 206, grifos nossos).

Devemos nos deter em alguns pontos dessa afirmação. A associação entre o surgimento do romance e um episódio real de guerra, explicita bem a equação entre sujeito-mundo na escrita testemunhal, que ora pende para o subjetivo, ora para o objetivo (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 42). Destarte, é essa natureza da memória, juntamente com a marcação de um sujeito histórico, presentes na composição de *Mayombe*, que constituem os traços principais do teor testemunhal da narrativa (cf. ALDÁS, 2001, p. 30). Outro aspecto importante refere-se às características da linguagem empregada para redigir um comunicado (objetiva e fria), em oposição à operação de guerra, realidade na qual o ser humano está profundamente envolvido, física e emocionalmente. Uma vez que a testemunha estabelece uma relação afetiva com a memória, o registro comunicativo – impessoal –, torna-se insuficiente para dar conta da experiência violenta.

A relação entre a história da guerrilha e a composição de *Mayombe* é também assunto de Aguinaldo Cristóvão, que foca esse aspecto a partir do par ficção e realidade:

AC: Algumas divergências no seio dos combatentes e as dificuldades existentes descritas em *Mayombe* são reais. Pode contar-nos mais sobre este período da sua vida?

Pepetela: – Esse livro foi escrito em total liberdade, até porque não tinha pretensão de o publicar. Eram mais reflexões sobre o que se ia passando, em forma de romance. Poderia ser um diário, mas nunca gostei de diários. Uma parte foi escrita à noite, nas bases do interior de Cabinda, enquanto os companheiros dormiam. Uma segunda parte foi escrita em Dolisie, no Congo, perto da fronteira, onde tínhamos a base mais importante de apoio à guerrilha. E a parte final foi escrita em Brazzaville. Ele foi acompanhando a minha vida nessa época de Cabinda e por isso tem muitas referências verídicas, embora as personagens não

correspondam a pessoas reais. Uma ou outra tem traços que a um momento dado até confundiram os intervenientes, mas eram apenas um traço aqui, outro traço ali (CRISTÓVÃO, s/d, p. 3).

O testemunho do guerrilheiro engendra, além do ficcional, o histórico, que remete ao contexto localizado no tempo e no espaço de onde emerge o trauma (ferida) e a violência, que gerou a própria narrativa. Nesse aspecto é possível notar também outra característica da literatura de teor testemunhal: o cruzamento da literatura com a história, que está ao mesmo tempo dentro e fora da narrativa. Ocorre que, no processo de transposição da realidade para o texto literário, os dados históricos são embaralhados e tratados esteticamente e politicamente. Como explica Seligmann-Silva ao comparar o registro historiográfico com a experiência do sobrevivente, essa forma de narrar é limitada e não dá conta da experiência. Não obstante, se a reflexão sobre o testemunho leva a uma problematização da divisão estanque entre literatura e história, as fronteiras entre essas duas categorias não são, de todo, apagadas (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 10), sendo necessário atentar para a distinção entre os dois paradigmas.

Carlos Serrano, em linha análoga à adotada por Cristóvão, aborda em sua entrevista as afinidades entre personagens e pessoas históricas, mas vai além, e questiona as escolhas de Pepetela no que se refere ao suporte/gênero escolhido para narrar: “Por que então escolheste a ficção quando poderias ter elaborado uma análise sociológica do tipo acadêmico? Foi tua posição como escritor ou a forma que encontraste de melhor objetivares os problemas?” (SERRANO, 1985, p. 136). E Pepetela responde:

[...] escrevi porque tinha necessidade de escrever. Estava em cima de uma realidade que quase exigia que eu escrevesse. Escrevendo eu compreendia melhor essa realidade; escrevendo eu atuaria também melhor sobre a própria realidade. Não quanto à obra escrita, mas pela minha atuação militante para melhor compreensão dos fenômenos que se passaram. Mas escrevia também para compreender melhor esses fenômenos. Claro que podia fazê-lo com um ensaio acadêmico, não era essa a minha intenção. Eu vejo a coisa como ficcionista (SERRANO, 1985, p. 136).

Uma das principais distinções entre o texto histórico e o texto literário de teor testemunhal, como já indicamos, sustenta-se na relação afetiva que a testemunha estabelece com os eventos narrados: enquanto o fazer historiográfico requer um distanciamento do fato narrado, a testemunha, por sua vez, acerca-se da memória para dar conta de situações pelas quais o sobrevivente passou. Conforme Roney Cytrynowicz, embora a memória do sobrevivente constitua um peso terrível do qual jamais se está livre, ela é, ao mesmo tempo, o único registro seguro e confiável. De tal modo, a História jamais ampara ou consola o sobrevivente, não importa quantos livros sejam escritos ou centros de documentação organizados, porque o compromisso da História pode romper a segurança afetiva da memória enquanto parte de uma identidade de uma pessoa ou de um grupo (CYTRYNOWICZ, 2003, p. 125). Por sua vez, a literatura, como gênero mais discursivo do que factual, acolhe a memória, permitindo e possibilitando que o escritor acerque-se dela. Elucidação que em muito justifica a opção de Pepetela por um suporte ficcional, em detrimento de um tratado sociológico ou mais científico. Ainda conforme Cytrynowicz,

[...] a memória procura sempre apaziguar os conflitos, fechar as feridas, restaurar as ruínas, silenciar as dores; ela tem um compromisso com a subjetividade, com a reconstrução de uma história pessoal que precisa encontrar saídas viáveis, até mesmo do ponto de vista psíquico, para

reconstruir uma vida, um futuro, e isso por mais que ela conte das dores e das feridas (CYTRYNOWICZ, 2003, p. 131-132).

O terceiro ponto sobre o qual focalizamos as entrevistas refere-se à temática da guerrilha e sua relação com a escrita de teor testemunhal. Pensando no gesto diário de escrever efetivado por Pepetela, devemos indagar: por que e para quem o autor escrevia, cotidianamente, em meio a operações e a comunicados de guerra que redigia? E é o próprio autor de *Mayombe* quem indica o caminho para compreendermos tal questionamento:

[...] daqui a uns tempos não haverá pessoas que tenham vivido a situação colonial por “dentro”. E toda a nova geração deverá ouvir falar, apenas. *Há de haver textos de história sobre o que era o colonialismo, o que era a mentalidade do colono, etc., mas forçosamente texto de história, é uma coisa fria...* e as pessoas acabam por imaginar o que seria, mas não compreender profundamente, e aí é o papel do romance, fundamental, para a nova geração conseguir “viver” um pouco o que era a vida antes. Aí há também uma preocupação de registrar para a história. E há pouca gente que escreve, que tenha tido essa vivência. E aí eu pensei, eu tenho essa vivência da sociedade colonial, eu tenho a vivência dos que se opuseram à sociedade colonial, eu sou um dos raros cinco, seis ou dez que possam fazer isso. Eram esses os meus objetivos (SERRANO, 1985, p. 138-139, grifos nossos).

Novamente Pepetela sugere em sua fala a relação afetiva com o seu passado, que não passa. Como afirma Seligmann-Silva, do ponto de vista do sobrevivente o registro historiográfico é limitado e não dá conta da sua experiência; por outro lado, a memória refreia a arrogância do discurso historiográfico, pois por esse prisma, o passado é ativo e justamente não passa (2003).

Walter Benjamin, nas teses “Sobre o conceito da história”, aponta que: “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um documento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco o processo de transmissão da cultura” (BENJAMIN, 1994, p. 225); Cytrynowicz, afinado com o pensamento de Benjamin, conclui: “é preciso que cada documento da barbárie seja recuperado, estudado, criticado, entendido, conservado, arquivado, publicado e exposto, de forma a tornar a história uma forma presente de resistência e de registro digno dos mortos” (CYTRYNOWICZ, 2003, p. 137). Eis então o ponto fulcral da escrita de teor testemunhal em *Mayombe*: ser um rastro, uma marca afetiva e perene da luta contra o sistema colonial, atuando, mormente, em memória daqueles que feneceram – resistindo até os limites da própria existência – na luta por uma conquista da qual sequer chegaram a desfrutar, e cuja herança ficou para as gerações presentes. Essa pode ser também outra forma de tornar o passado ativo e estabelecer um diálogo íntimo entre o ontem e o hoje. Mas de que herança trata *Mayombe*? E quais suas implicações no projeto de constituição da nação angolana? Passemos, então, à leitura da narrativa.

### **Tribalismo: o tenso fio condutor da nação angolana em *Mayombe***

Se, no romance colonial, conforme a professora Laura Padilha, o negro africano era percebido e narrado como um outro, sem lugar de qualquer espécie, aparecendo, no plano comparativo e imagístico, como um dos muitos animais africanos (PADILHA, 2002, p. 99) – argumento ratificado por Francisco Noa, ao afirmar que, sobretudo no romance da fase exótica e doutrinária, o negro aparece ora como ser zoomorfizado, ou através de imagens que o tipificam como bestializado, inferiorizado, indolente, debochado, negro-papão, ou ainda, do preto irreduzível à moral e à religião (NOA, 2002) –, em *Mayombe* constrói-se

outra semântica. À gente do continente africano o autor confere o protagonismo da ação de pôr fim ao colonialismo. Se do ponto de vista das fronteiras externas, o leitor acompanha a luta pela independência do atual território angolano; do ponto de vista interno, do “autóctone”, a problemática ampara-se menos na discussão sobre a cor da pele do que nas diferentes culturas que compõem o território angolano.

A obra de Pepetela é uma narrativa presumivelmente de negros. A exceção, ou o “meio-termo” (para usar uma expressão do romance), constitui-se dos demais grupos, de modo que a cor da tez é mencionada apenas em dois contextos: quando se refere ao branco (representado pelos portugueses) ou quando se refere ao mestiço, representado em Leli – a mulata, filha de pai comerciante, que deseja vê-la casada com um branco, para adiantar a “raça” – e em Teoria. É, aliás, com a problemática deste, que já nas primeiras páginas da narrativa o leitor se depara. Teoria, o professor mulato, é tomado pela insegurança diante de um grupo de negros. E mesmo com o joelho machucado e sem ter obrigação de executar algumas funções e tarefas na guerrilha, propõe-se a todo custo a colaborar, como tentativa de provar-se leal e igual aos demais: “criança ainda, queria ser branco, para que os brancos me não chamassem de negro. Homem, queria ser negro, para que os negros não me odiassem” (PEPETELA, 2004, p. 16). Todavia, sua cor é algo não perceptível, isto é, não causa interesse aos olhos dos guerrilheiros, como o narrador descreve: “Teoria era mestiço e hoje já ninguém parecia reparar nisso. [...] o Comissário não se apercebia, [...] e o Chefe de Operações se não interessava” (PEPETELA, 2004, p. 15). Sem Medo completa: “hoje tu não tens cor” (PEPETELA, 2004, p. 43).

Pelo contexto inicial da narrativa, já se nota que a história se coloca para além da dicotomia negro *versus* branco. Quando assume a narração, Chefe de Operações explana sinteticamente o quadro geral das questões raciais presentes no romance: “os brancos durante séculos massacraram-nos, porque não massacrá-los? [...] Aprendi sobretudo que o que fizemos em 61, cortando cabeças de brancos, mestiços, assimilados e umbundos, era talvez justo nesse momento. Mas hoje não pode servir de orgulho para ninguém (PEPETELA, 2004, p. 214). É, então, nesse contexto que se situa a temática do homem angolano: o do encontro entre diversas etnias.

Peter Geschiere, em *The Perils of Belonging: Autochtony, Citizenship, and Exclusion in Africa and Europe* (2009), chama atenção para os problemas no emprego e no uso político do termo “autóctone”, destacando que o seu significado passa por longas diferenciações em diferentes tempos e contextos. Conforme o antropólogo, no caso do continente africano, o vocábulo foi abruptamente introduzido por colonos franceses, por volta de 1900, quando estavam lutando com a questão de como administrar os territórios conquistados em poucas décadas na África Ocidental. Conforme Geschiere, na concepção colonial francesa desenvolvida durante a conquista do Sudão nas décadas de 1880 e 1890, a autoctonia se tornaria o primeiro critério para trazer alguma ordem à proliferação confusa de agrupamentos difusos com que se confrontaram os novos conquistadores. Autoctonia era o princípio básico da política racial, elaborado pelo governador-geral William Ponty por volta de 1900. Essa política pedia a formação de cantões homogêneos, povoados por pessoas da mesma raça (no sentido do que hoje é chamado de “grupo étnico”) e administradas por detentores de poder locais que constituiriam os alicerces para a questão indígena. Era urgente descobrir dentro da confusa mistura de grupos e subgrupos, mais ou menos relacionados, mas constantemente divididos, os verdadeiros autóctones, que eram centrais nessa concepção da política das raças (GESCHIERE, 2009, p. 13-14).

Conquistada a independência e diante dessa realidade histórica, isto é, de um quadro multiétnico racializado forjado pelo imperialismo europeu, como articular, portanto, um projeto literário de nação que pudesse dar espaço a todas as peles e culturas? Para a professora Inocência Mata, ao instaurar a visão plural da realidade angolana, “Pepetela opta por representar a diversidade, celebrando as várias ‘raças’ do homem para

reescrever a visão euforicamente uniformizante da História dos sujeitos africanos” (MATA, 2006, p. 46). Esse é, aliás, o argumento central do ensaio *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura* (1997), de Antony Kwame Appiah. O filósofo, nascido na Inglaterra e criado em Gana, defende contextos afros, de múltiplas tonalidades culturais, rejeitando o pensamento pan-africanista e europeu que tentou minimizar as diferenças existentes na diversidade continental. É também nessa perspectiva, ou seja, romper com a visão de que os povos da África devem ser pensados como um único povo e concebidos como unidade política natural, que Sem Medo argumenta: “os meus guerrilheiros são [...] um conjunto de seres diferentes, individuais, cada um com as suas razões subjectivas de lutar” (PEPETELA, 2004, p. 232).

Assim, Pepetela, ao escrever na contramão do pan-africanismo, dialoga com uma dupla possibilidade: a de coletividade (representada nos que se reúnem para pôr fim ao colonialismo e construir a nação), mas também a ideia de subjetividade (representada pelas motivações pessoais de cada guerrilheiro e de cada tribo). Rita Chaves, ao discorrer sobre o contexto da diversidade, fio condutor do romance, assevera que “o direito à voz, incompatível com a norma colonialista, torna-se uma busca e, pela palavra, ganha corpo a explicitação [...] das diferenças” (CHAVES, 2009, p. 132). Tais subjetividades, contudo, vistas pela perspectiva de um projeto de nação, serão motivos de embates, pois a convivência multiétnica, ao longo do romance (e também da própria história angolana), se pauta por muitos conflitos, de forma que a língua, a economia, o sistema político, a cor, a cultura tornam-se todos espaços de lutas.

Podemos falar, então, em alguns contrastes decorrentes do embate étnico e ideológico em *Mayombe*. Do ponto de vista político-administrativo, as relações internas do Movimento Popular Pela Libertação de Angola (MPLA) são permeadas por disputas de cargos. No âmbito histórico, de fato as discrepâncias foram responsáveis por grandes cisões no movimento. Segundo Paulo Visentini, essas diferenças levaram a uma série de rupturas e divisões entre as principais lideranças, que por vezes acabaram por enfraquecê-lo e por destruir a credibilidade no cenário internacional (VISENTINI, 2012, p. 52). No romance, as desavenças entre o grupo de líderes que compõem a Base engendram esse cenário:

- [...]. O Das Operações vai sempre pelo teu lado. [...]
- Sim, reparei. Por que ele faz isso?
- [...]
- [...] Ou porque sou o Comandante e deve apoiar-se para estar bem comigo e poder subir... ou porque tu és o Comissário, cargo logo a seguir ao dele, e deve estar contra ti, destruir-te, mostrar os teus erros, para apañar teu lugar (PEPETELA, 2004, p. 19).

Os momentos de tensão entre o Chefe de Operações, o Comandante e o Comissário Político não são raros, embora os dois últimos conservem uma relação de companheirismo. Enquanto Sem Medo demonstra ter uma formação política, ideológica e psicológica segura, e em alguns aspectos até intransigente, João apresenta-se inseguro e em fase de metamorfose. São as suas dúvidas, falhas e experiências que o colocarão diante de aprendizagens e o formarão, firmando-o, ao final da narrativa, como o principal líder do grupo guerrilheiro.

As desarmonias entre as lideranças se manifestam em discussões acerca de temas de pouca relevância e até quanto à forma de aplicação da lei. Assim, quando do julgamento de Ingratidão do Tuga, um amplo debate é realizado. Enquanto o Comissário defende uma aplicação rígida da lei da disciplina, que prevê fuzilamento para o crime de roubo, Chefe de Operações apresenta um discurso que contextualiza a relação de pouco ou nenhum apoio do povo em relação aos guerrilheiros, e defende uma pena mais amena para o



companheiro. Sem Medo, por sua vez, avalia o afrouxamento da aplicação da lei em relação a outros crimes cometidos no MPLA e acredita na possibilidade de uma pena mais relativizada.

Ainda nesse contexto, um problema mais grave permeará as relações entre a Base e Dolisie: a administração e conduta de André, responsável pelos recursos financeiros do movimento. Descrito como o sujeito que está “sempre de acordo com o interlocutor” (PEPETELA, 2004, p. 89), André é acusado de cometer má aplicação de recursos, desvios de verbas, dentre outras acusações éticas e morais que pesam sobre ele. As suas atitudes acarretam vários entraves ao avanço da luta e da ação de guerrilha, pois as consequências de suas ações afetam sobremaneira os guerrilheiros, que passam fome na floresta e por conta da má alimentação sofrem com diarreias e com o acirramento de conflitos internos.

Afastando-se do olhar maniqueísta e da divisão bem *versus* mal, Pepetela, ao incluir na história as práticas ilegais e corruptas de guerrilheiros, constrói “um ponto de vista narrativo [...] com base num processo de relativização que não poupa os chamados ‘bons sentimentos’ e trabalha o conflito como um elemento positivo, mesmo na condução de um projeto coletivo” (CHAVES, 2009, p. 126). Perspectiva que oportuniza a André tomar a voz, deixando margem para o leitor perceber na história o golpe da História.

As atuações dessa personagem, especificamente as de prezar mais por sua individualidade e por seus desejos pessoais, são parte de um debate mais amplo, que diz respeito à ideologia marxista-leninista, que inspirou grande parte dos movimentos pró-independência no continente africano. Este debate aparece no romance sob a forma de dicotomias, como o individual e o coletivo, o sujeito e a comunidade, o intelectual, o proletário e o camponês. Mundo Novo é a personagem que mais argumenta a respeito dessa questão. Sua defesa fundamental é a de que “o homem como indivíduo não é nada, só as massas constroem a História” (PEPETELA, 2004, p. 79). Ou ainda, de que “a Revolução é feita pelas massas populares, única entidade com capacidade para dirigir, não por indivíduos” (PEPETELA, 2004, p. 103).

Na perspectiva de Mundo Novo, o MPLA poderia ser dividido entre os desinteressados, como operários e camponeses, que estão sempre em busca do bem comum; e a burguesia, que estaria representada nos intelectuais. A personagem vê em Sem Medo o estereótipo de um intelectual e de um autoritário, que aderiu à guerrilha mais por razões subjetivas do que comunitárias. Sobre essas diferenças, também Milagre e Chefe de Operações tecem argumentos de que o Comandante não poderia compreender a guerra e o povo como eles, porque sua vivência é teórica e não histórica: “o mal é ser um intelectual [...]: nunca poderá compreender o povo. Os seus filhos ou irmãos não morreram na guerra. Não, ele não pode compreender” (PEPETELA, 2004, p. 215). Nota-se assim que um discurso dialético, de afirmação, contradição e até de negação, vai ganhando espaço no enredo, e nem mesmo o herói está livre de críticas e julgamentos.

Mas, se o projeto nacionalista idealizado pelo MPLA se estruturaria numa perspectiva socialista e popular, todas as questões apresentadas até aqui convergem para o (e do) contexto étnico-cultural, que é central no romance. Nesse aspecto, o debate gira em torno do tribalismo, que se manifesta seja pelo embate tribal *versus* destribalizado, seja por disputas intertribais, como entre kikongos e kimbundos. Para grande parte das personagens, os problemas e conflitos que ocorrem na narrativa podem ser explicados pelas práticas tribais. Sem Medo, André e Milagre são alguns, dentre os guerrilheiros, que mais sustentam esta realidade. Milagre, quando toma a voz narrativa, defende que alguns estejam mais preparados do que outros para governar e comandar. Seus critérios de escolhas para decidir os mais e os menos preparados assentam-se na vivência e na tribo de origem.

O tribalismo, como fundamento de organização e de laços internos, sugere uma relação com uma das formas de racismo de que Appiah trata em seu livro: o “racismo

interno”. Segundo a definição do autor, o racista intrínseco “sustenta que o simples fato de ser de uma mesma raça é razão suficiente para preferir uma pessoa a outra” (APPIAH, 1997, p. 35). Por essa lógica, nenhuma prova de que um sujeito de outro grupo seja capaz de realizações morais, intelectuais ou culturais iguais às de sua etnia, possibilitam o apagamento das diferenças ou um tratamento igual entre grupos. Seguindo o conceito de Appiah, podemos encarar as relações interétnicas no romance de Pepetela como uma forma de racismo étnico intrínseco.

As divisões étnicas de fato balizaram os grupos políticos de Angola: o MPLA teve a sua base de apoio nos negros assimilados, mestiços, brancos e na população originária do grupo étnico Kimbundo; já a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) teve apoio de elementos majoritariamente Bakongo; e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), dos Lunda-Chokwe e dos Ovimbundu (VISENTINI, 2012). Mas se a bandeira tribal era defendida por alguns partidos, o MPLA, ao menos inicialmente, posicionava-se contra a supervalorização das diferenças, e mais ainda, contra o uso dessas como fundamento político e partidário. No romance, Muatiãnvua, como personagem de uma narrativa que se entrelaça a um discurso dialético, é um dos que encaram o fundamentalismo tribal como um retrocesso e falta de perspectiva em relação à realidade do país, e descreve a questão de forma holística:

[...] onde eu nasci, havia homens de todas as línguas vivendo nas casas comuns e miseráveis da Companhia. Onde eu cresci, no Bairro Benfica, em Benguela, havia homens de todas as línguas, sofrendo as mesmas amarguras. O primeiro bando a que pertenci tinha mesmo meninos brancos, e tinha miúdos nascidos de pai umbundo, tchokue, kimbundo, fiote, kuanhama. As mulheres que amei eram de todas as tribos. Todas eram belas e sabiam fazer amor, melhor umas que outras, é certo. Qual a diferença entre a mulher que esconde a face com um véu ou a que a deforma com escarificações. Querem hoje que eu seja tribalista! De que tribo?, pergunto eu. De que tribo, se eu sou de todas as tribos, não só de Angola, como de África? Não falo eu o swahili, não aprendi eu o hauss com um nigeriano? [...] Eu sou o que é posto de lado, porque não segui o sangue da mãe kimbundo ou o sangue do pai umbundo. Eu, Muatiãnvua, de nome de rei, eu que escolhi a minha rota no meio dos caminhos do Mundo, eu ladrão, marinheiro, contrabandista, guerrilheiro, sempre à margem de tudo, eu não preciso de me apoiar numa tribo para sentir minha força (PEPETELA, 2004, p. 132-134).

No entanto, o discurso que tentava equilibrar a não exacerbação das diferenças e ao mesmo tempo pregava a convivência harmônica com a diversidade, uma hora pendeu para um dos lados e gerou problemas. Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, chegou a sugerir a criação de uma nova língua, feita do amálgama dos dialetos angolanos, que substituiria a língua portuguesa. Tal proposta gerou muitas críticas, pois desaguava no apagamento da diversidade e aproximava-se da mirada pan-africanista. Além disso, já se havia reconhecido o fracasso do Esperanto, para o caso da Europa, Afrihili no Gana e já se faziam ouvir vozes no sentido de que as línguas africanas (nacionais) angolanas seriam o lado mais visível e inequívoco de suas identidades culturais (KANJONGO, 2009).

Outro problema também decorrente de disputas tribais no romance, é que, diante das maiorias étnicas, outro grupo é formado: o das minorias. Ser minoria dentro de um grupo que já é constituído por sujeitos tidos como menos privilegiados numa dada hierarquia social é uma forma das mais agudas de sentir as diferenças. Ekuikui (umbundo) e Lutamos (cabinda), únicos guerrilheiros dessas tribos, representam muito bem esse grupo. Lutamos é ainda mais afetado, pois vem de uma região que já não é vista com bons olhos – o enclave de Cabinda, geográfica e politicamente apartado das outras regiões do país, e que

ao longo da história encabeçou movimentos separatistas. Quando toma a voz narrativa, é, portanto, para essas minorias locais, dentro das minorias globais, que seu discurso se volta:

[...] amanhã, no ataque, quantos naturais de Cabinda haverá? Um, eu mesmo. Um, no meio de cinquenta. Como convencer os guerrilheiros de outras regiões de que o meu povo não é feito só de traidores? Como convencer que eu próprio não sou traidor? As palavras a meia voz, as conversas interrompidas quando apareço, tudo isso mostra que desconfiam de mim (PEPETELA, 2004, p. 239).

Por conta dos diferentes conflitos, o romance transforma a guerra mais num discurso ideológico e numa resolução de problemas internos do que numa prática bélica. Assim, embora a epígrafe aponte para os que derrotaram os portugueses, o enredo pauta-se por debates que envolvem o tenso fio formador da nação e do próprio MPLA. Até mesmo aqueles que são considerados os inimigos, os portugueses, quase não aparecem (como se agora se invertesse o papel concedido ao negro no romance colonialista). Sem Medo, que acredita na luta armada como caminho para exterminar a prática colonialista, se ressentia da ausência de combates e mais de uma vez expressa sua insatisfação: “eu gosto de fazer a guerra e aqui não há guerra” (PEPETELA, 2004, p. 163); ou ainda: “estou farto de estar aqui. Só há problemas de dinheiro ou de indisciplina. A guerra está longe do pensamento de todos” (PEPETELA, 2004, p. 193).

Não obstante, ainda que não apareça com tanta frequência nos discursos, é, sobretudo, o elemento externo que tem a potencialidade de suscitar uma “solidariedade coletiva” (PEPETELA, 2004, p. 223). Aliás, se olharmos com atenção a História de Angola, observaremos que os limites tribais, embora tenham a ver com questões nativas, em nível global estão muito vinculados aos condicionamentos históricos internacionais, nomeadamente o colonialismo e os ideais de raça disseminados no Ocidente. Minar as relações étnicas, reforçando as diferenças e criando a ideia de castas, foi uma estratégia portuguesa, especialmente do início do século XX, que se entranhou no processo de constituição da nação angolana (VISENTINE, 2012).

É nesse sentido que Mahmood Mamdani – tanto em *Ciudadano y súbdito: África contemporânea y el legado del colonialismo tardío* (1998) quanto em *When Victims Become Killers* (2002) – dissecou a prática tribalista e problematiza o legado histórico do colonialismo na política pós-colonial. Para esse pensador africano, o cerne da crise da cidadania na África pós-colonial reside no fracasso em transcender as identidades políticas de nativo e colonizador, criadas pelo colonialismo moderno (MAMDANI, 2002, p. 10). Os processos pós-coloniais, ao invés de romper com a lógica colonial, acabam sustentando-a, ao procederem a uma naturalização das diferenças políticas com o uso da lei e das noções de raça e de etnia. A África pós-colonial, argumenta Mamdani, lutou e cortou o modelo racial, a cidadania racial. Mas continuou sustentando a ideia de cidadania étnica (MAMDANI, 1998, p. 30-31).

Tal questão tem a ver com o processo de constituição da sociedade civil. Enlaçada com o racismo, a sociedade civil foi primeiro e antes de tudo a sociedade dos colonos. Enquanto a sociedade civil se racializou, a autoridade nativa se tribalizou (MAMDANI, 1998). Entre os colonos portadores de direitos e o campesino súdito, havia um terceiro grupo, o dos nativos com base urbana – nem submetidos aos costumes nem exaltados como cidadãos de direitos, se consumiam em um limbo jurídico. A luta dos súditos foi tanto contra as autoridades consuetudinárias no Estado local como contra as barreiras raciais na sociedade civil. Este foi o primeiro momento histórico no desenvolvimento da sociedade civil: o Estado colonial como protetor da sociedade dos colonos. No segundo momento desse desenvolvimento, ocorreu a luta anticolonial, porque ela era ao mesmo tempo uma luta das classes embrionárias média e trabalhadora, dos estratos nativos e no

limbo por ingressar na sociedade civil. Esse ingresso, essa expansão da sociedade civil foi o resultado de uma luta antiestatal. Sua consequência foi a criação de uma sociedade civil indígena.

A independência, o nascimento de um Estado desracializado, foi o contexto do terceiro momento dessa história. Contudo, a independência teve tendência a desracializar o Estado, mas não a sociedade civil. O instrumento político chave nessa luta foi o que hoje se chama ação afirmativa e que então se chamava africanização. A política de africanização era simultaneamente unificadora e fragmentadora. Seu primeiro momento implicou o desmantelamento do privilégio racialmente herdado. O efeito foi unificar as vítimas do racismo colonial. Não sucedeu assim com o segundo momento, que girou em torno da questão da redistribuição e dividiu a mesma maioria de acordo com diretrizes que refletiam o processo real de redistribuição: regional, religioso, étnico e às vezes apenas familiar. Para entender os limites da desracialização da sociedade civil, é necessário captar a especificidade do Estado local, que não estava organizado como um poder racial que negou direitos aos súditos urbanos, mas sim como um poder étnico que impunha o costume aos povos tribais. Na medida em que a perspectiva de reforma se limitava à desracialização, parecia como se nada tivesse mudado muito na esfera rural, enquanto tudo parecia ter mudado nas zonas urbanas.

A lição do trabalho de Mamdani, como talvez a que nos traz também o romance de Pepetela, antecipando a história, é a de que a noção de limites/fronteiras étnicas é uma invenção do colonizador. Ainda assim, um dos únicos fatores em *Mayombe* que torna momentaneamente possível vencer as cisões entre as diversas tribos e as divergências políticas e culturais existentes no conjunto que compõe o exército angolano é a figura do colonizador. Como assevera Jean-Paul Sartre, no prefácio ao livro de Albert Memmi: “é o colonialismo que cria o patriotismo dos colonizados” (SARTRE, 2007, p. 31). É, pois, diante da necessidade de vencer um dos entraves mais antigos que as diferenças individuais esfacelam-se e o conjunto da diversidade torna-se uma força atuante na narrativa do escritor angolano:

– [...] viste como todos se ofereceram? Esqueceram as tribos respectivas, esqueceram o incômodo e o perigo da acção, todos foram voluntários [...]. É por isso que faço confiança nos angolanos. São uns confusionistas, mas todos esquecem as makas e os rancores para salvar um companheiro em perigo (PEPETELA, 2004, p. 207-208).

É esta ideia de união, de uma unidade que respeite as diferenças sem minar a coletividade, que o final de *Mayombe* suscita, quando Chefe de Operações toma consciência da entrega de Lutamos e de Sem Medo: “– Lutamos, que era cabinda, morreu para salvar um kimbundo. Sem Medo, que era kikongo, morreu para salvar kimbundo. É uma grande lição para nós, camaradas” (PEPETELA, 2004, p. 249). Lição que talvez ainda não tenha sido levada a cabo – para além das páginas da ficção – no campo político e cultural da Angola contemporânea.

## Referências

- ALDÁS, Eloísa Nos. **El testimonio literario de Max Aub sobre los campos de concentración en Francia (1940-1942)**. 2001, 449f. Tesis (Doctoral en Comunicación Audiovisual y Publicidad) – Departamento de Filosofía e Sociología, Universitat Jaume I, 2001. Disponível em: <<http://www.tdx.cat/bilstream/handle/10803/10448/eloisanos.pdf?>>. Acesso em: maio 2018.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Tradução Vera Ribeiro; Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAVES, Rita. *Mayombe*: um romance contra correntes. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia (orgs.). **Pontanto... Pepetela**. São Paulo: 2009. pp. 125-139.
- CONTE, Daniel. **Calados por Deus ou de como Angola foi arrasada pela história**: os tons do silêncio no processo de construção da identidade angolana e sua representação na ficção de Pepetela. 2008, 253f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/ppgletras/defesas/2008/Daniel\\_Conte.pdf](http://www.ufrgs.br/ppgletras/defesas/2008/Daniel_Conte.pdf)>. Acesso em: abril 2018.
- \_\_\_\_\_. Pepetela Viva Voz. **Revista porto e vírgula**. n. 40, p. 12-18, nov./jan. 2001.
- CRISTÓVÃO, Aguinaldo. O escritor é um ditador no Momento da Escrita. **Site União dos Escritores Angolanos**. Luanda, s.d. Disponível em: <[http://www.uea-angola.org/destaque\\_entrevistas1.cfm?ID=503](http://www.uea-angola.org/destaque_entrevistas1.cfm?ID=503)>. Acesso em: maio 2018.
- CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura**: o Testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 123-138.
- FREIRE, Rita Silva. Não se festeja a morte de ninguém. In: \_\_\_\_\_. **Buala**: cultura contemporânea africana, 2011. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nao-se-festeja-a-morte-de-ninguem-entrevista-a-pepetela>>. Acesso em: maio 2018.
- KANJONGO, Alberto. As etnias em Angola: uma nova abordagem. In: \_\_\_\_\_. **Elektronische Dokumente Universitätsbibliothek**, 2011. Disponível em: <<http://digital-b.ub.uni-frankfurt.de/frontdoor/index/index/docId/21967>>. Acesso em: Abril 2018.
- GESCHIERE, Peter. **The Perils of Belonging**: Autochthony, Citizenship, and Exclusion in Africa and Europe. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- MAMDANI, Mahmood. **When Victims Become Killers**. Colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Ciudadano y súbdito**: África contemporânea y el legado del colonialismo tardío. Traducción de Isabel Vericat Nuñez. México: Siglo Veintiuno, 1998.
- MATA, Inocência. Pepetela e a sedução da história. In: \_\_\_\_\_. **Metamorfoses** (7). Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Caminho/Cátedra Jorge de Sena, 2006. p. 45-57.
- NOA, Francisco. **Império, mito e miopia**: Moçambique como invenção literária. Lisboa: Caminho, 2002.
- PADILHA, Laura Cavalcante. Olhares do exílio (a expatriação de negros e brancos na cena colonial africana). In: \_\_\_\_\_. **Novos pactos, outras ficções**: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 95-103.
- PEPETELA. **Mayombe**. Luanda: Edições Maianga, 2004.
- SARTE, Jean-Paul. Prefácio. In: MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Tradução Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 25-32.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura**: o Testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- SERRANO, Carlos. O romance como documento social: o caso *Mayombe*. **Via Atlântica**. n. 3, p. 132-139, 1999. Disponível em: <[www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via03/via03\\_01.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via03/via03_01.pdf)>. Acesso em: fev. 2018.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.